



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
28ª Câmara de Direito Privado

**Registro: 2011.0000286550**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0359292-14.2007.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos, em que é apelante/apelado JOSE BENEDITO DE SOUZA (ESPOLIO) (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado/apelante SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e Apelado VIAÇÃO REAL LTDA.

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso da denunciada e negaram provimento ao recurso da autora. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MELLO PINTO (Presidente) e EDUARDO SÁ PINTO SANDEVILLE.

São Paulo, 22 de novembro de 2011.

**Cesar Lacerda**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
28ª Câmara de Direito Privado

**VOTO N º:15.666**

**APELAÇÃO Nº 0359292-14.2007.8.26.0577**

**COMARCA: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**APELANTE/APELADO: JOSE BENEDITO DE SOUZA (ESPOLIO)**

**APELADO: VIAÇÃO REAL LTDA**

**APELADO/APELANTE: SUL AMERICA COMPANHIA  
NACIONAL DE SEGUROS**

**JUIZ: MARISE TERRA PINTO BOURGOGNE DE ALMEIDA**

Responsabilidade Civil. Acidente de trânsito. Ação de indenização. Colisão de veículo com bicicleta. Culpa exclusiva da vítima pela ocorrência do sinistro. Sentença mantida. Recurso da denunciada não conhecido, desprovido o da autora.

A respeitável sentença de fls. 364/367, cujo relatório se adota, julgou improcedente a ação de indenização que Solange de Fátima Santos Lopes de Souza move contra Viação Real Ltda e Sul América Cia. Nacional de Seguros.

A autora interpôs recurso de apelação (fls. 372/375). Sustenta, em síntese, que o sinistro ocorreu por culpa exclusiva do condutor do coletivo, que agiu com extrema imprudência e inobservância das regras de trânsito. Afirma que é parte legítima, eis que era casada com a vítima, sendo que o casamento só se dissolve segundo as hipóteses previstas no artigo 1.571 do Código Civil. Pugna pela reforma do julgado.

A seguradora denunciada também recorre (fls. 389/395). Pleiteia que a denunciante seja condenada ao



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
28ª Câmara de Direito Privado

pagamento das verbas sucumbênciais relativas à lide secundária.

Recursos regularmente processados,  
com respostas (fls. 401/407 e 408/410).

**É o relatório.**

A r. sentença recorrida conferiu adequada solução à lide, devendo ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

No dia 01/08/2005, por volta das 13 horas, a vítima transitava com sua bicicleta pela alça de acesso entre a Rua Guanahani e o anel viário da Avenida Florestan Fernandes quando foi atingido pelo coletivo de propriedade da ré. Em decorrência das lesões a vítima veio a óbito.

O conjunto probatório coligido demonstra a culpa exclusiva da vítima pela ocorrência do sinistro, eis que agiu de forma descuidada e imprudente ao conduzir sua bicicleta em local proibido.

Por outro lado, deixo de conhecer o recurso interposto pela seguradora denunciada que se insurge contra a condenação da autora nas verbas da sucumbência, insistindo na condenação da denunciante, sem nada mais reclamar.

O interesse é condição necessária ao conhecimento e processamento de qualquer recurso. Ausente prejuízo quanto ao pedido de condenação da denunciante em vez da autora, caracterizada está a falta de interesse em recorrer, sendo de rigor o não conhecimento do seu recurso.

As razões recursais não se mostram



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
28ª Câmara de Direito Privado

aptas a infirmar as conclusões da respeitável sentença recorrida, que conferiu adequada solução à lide.

Neste contexto, a r. sentença deve ser confirmada na esteira de seus próprios e jurídicos fundamentos.

O novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em vigor desde 4.11.2009, estabelece em seu art. 252 que **“nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida quando, suficientemente motivada, houver de mantê-lo”**.

Na Seção de Direito Privado desta Corte, o dispositivo regimental tem sido largamente utilizado por suas Câmaras, seja para evitar inútil repetição, seja para cumprir o princípio constitucional da razoável duração dos processos. Anote-se, dentre tantos outros: Apelação 99406023739-8, Rel. Des. Elliot Akel, em 17/06/2010; AI 990101539306, Rel. Des. Luiz Antonio de Godoy, em 17/06/2010; Apelação 99402069946-8, Rel. Des. Paulo Eduardo Razuk, em 08/06/2010; Apelação 99405106096-7, Rel. Des. Neves Amorim, em 29/06/2010; Apelação 99404069012-1, Rel. Des. José Roberto Bedran, em 22/06/2010; Apelação 99010031478-5, Rel. Des. Beretta da Silveira, em 13/04/2010; Apelação 9940500973556, Rel. Des. James Siano, em 19/05/2010; Apelação 99401017050-8, Rel. Des. José Joaquim dos Santos, em 27/05/2010; Apelação nº 99404080827-0, Rel. Des. Alvaro Passos, em 17/09/2010; Apelação 99404073760-8, Rel. Des. Paulo Alcides, em 01/07/2010; AI nº 99010271130-7, Rel. Des. Caetano Lagrasta, em 17/09/2010; Apelação 99109079089-9, Rel. Des. Moura Ribeiro, em 20/05/2010; Apelação nº 990.10.237099-2, Rel. Des. Luiz Roberto Sabbato, em 30.06.2010; Agravo de Instrumento 99010032298-2, Rel. Des. Edgard



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
28ª Câmara de Direito Privado

Jorge Lauand, em 13/04/2010; Apelação 991.09.0841779, Rel. Des. Simões de Vergueiro, em 09/06/2010; Apelação 991000213891, Rel. Des. Paulo Roberto de Santana, em 09/06/2010; Apelação nº 99208049153-6, Rel. Des. Renato Sartorelli, em 01/09.2010; Apelação nº 992.07.038448-6, São Paulo, Rel. Des. Cesar Lacerda, em 27/07/2010; Apelação nº 99206041759-4, Rel. Des. Edgard Rosa, em 01/09/2010; Apelação nº 99209075361-4, Rel. Des. Paulo Ayrosa, em 14/09/2010; Apelação nº 99202031010-1, Rel. Des. Mendes Gomes, em 06/05/2010; Apelação nº 99010031067-4, Rel. Des. Romeu Ricupero, em 15/09/2010.

O Superior Tribunal de Justiça tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece "a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum" (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rei.Min. João Otávio de Noronha, j . de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rei. Min. Castro Meira, j . de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rei. Min. Eliana Calmon, j . 17.12.2004 e REsp nº 265.534- DF, 4ª Turma, Rei. Min. Fernando Gonçalves, j de 1.12.2003).

E também o Supremo Tribunal Federal tem decidido correntemente que é possível adotar os fundamentos de parecer do Ministério Público para decidir, assim o tendo feito recentemente na decisão da lavra do eminente Ministro Dias Toffoli, nos recursos extraordinários 591.797 e 626.307, em 26.08.2010, em que assenta, textualmente, o que segue: **"Acompanho na íntegra o parecer da douta Procuradoria-Geral da República, adotando-o como fundamento desta decisão, ao estilo do que é praxe na Corte, quando a qualidade das razões permitem sejam subministradas pelo relator (Cf. ACO 804/RR, Relator Ministro Carlos Britto, DJ 16/06/2006; AO 24/RS, Relator Ministro Maurício Corrêa, DJ 23/03/2000; RE**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
28ª Câmara de Direito Privado

**271771/SP, Relator Ministro Néri da Silveira, DJ 01/08/2000)”.**

Diante do exposto, não se conhece  
do recurso da denunciada e nega-se provimento ao da autora.

**CESAR LACERDA**  
Relator